

# Revisão PFN (Constitucional)

**Temas Selecionados:** Teoria da Norma Constitucional. Interpretação Constitucional. Dos Princípios Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Ações Constitucionais. Organização do Estado. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Tributação e Orçamento. Ordem Econômica e Financeira. Ordem Social.

**Gabriel Dias Marques da Cruz**

**Facebook e JusBrasil:** Gabriel Marques

**Contato:** gabriel\_dmc@yahoo.com.br

# SUMÁRIO – Aula 01/03 (PFN)

1. **Teoria da Norma Constitucional**
2. **Interpretação Constitucional**
3. **Dos Princípios Fundamentais**
4. **Direitos e Garantias Fundamentais (parte inicial)**
5. **Ações Constitucionais**
6. **Organização do Estado**
7. **Defesa do Estado e das Instituições Democráticas**
8. **Tributação e Orçamento**
9. **Ordem Econômica e Financeira**
10. **Ordem Social**

# Teoria da Norma Constitucional

1. (**PFN 2012/ESAF**). Sobre as classificações atribuídas às normas constitucionais, é incorreto afirmar que

A) são classificadas como regras as normas constitucionais que descrevem condutas no modelo binário permissão-proibição.

B) entre outras possíveis classificações, as normas constitucionais podem ser qualificadas como regras, princípios ou normas de competência.

C) “norma de eficácia contida”, ou “norma de eficácia restringível”, é aquela que independe de regulação infraconstitucional para a sua plena eficácia, porém pode vir a ter a sua eficácia ou o seu alcance restringido por legislação infraconstitucional.

D) na tradição da doutrina norte-americana, incorporada por diversos autores brasileiros, as normas não auto-aplicáveis são aquelas que independem de regulação infraconstitucional para a sua plena eficácia.

E) “norma de eficácia limitada”, ou “norma de eficácia relativa”, é aquela que depende de legislação infraconstitucional para a sua plena eficácia.

# Teoria da Norma Constitucional

1. (**PFN 2012/ESAF**). Sobre as classificações atribuídas às normas constitucionais, é incorreto afirmar que
- A) são classificadas como regras as normas constitucionais que descrevem condutas no modelo binário permissão-proibição.
  - B) entre outras possíveis classificações, as normas constitucionais podem ser qualificadas como regras, princípios ou normas de competência.
  - C) “norma de eficácia contida”, ou “norma de eficácia restringível”, é aquela que independe de regulação infraconstitucional para a sua plena eficácia, porém pode vir a ter a sua eficácia ou o seu alcance restringido por legislação infraconstitucional.
  - D) na tradição da doutrina norte-americana, incorporada por diversos autores brasileiros, as normas não auto-aplicáveis são aquelas que independem de regulação infraconstitucional para a sua plena eficácia.**
  - E) “norma de eficácia limitada”, ou “norma de eficácia relativa”, é aquela que depende de legislação infraconstitucional para a sua plena eficácia.

# Interpretação Constitucional

1. (**AUDITOR FISCAL DO TRABALHO 2010/ESAF**). Praticamente toda a doutrina constitucionalista cita os princípios e regras de interpretações enumeradas por Canotilho. Entre os princípios e as regras de interpretação abaixo, assinale aquele(a) que não foi elencado por Canotilho.

- A) Unidade da constituição.
- B) Da máxima efetividade ou da eficiência.
- C) Da supremacia eficaz.
- D) Do efeito integrador.
- E) Da concordância prática ou da harmonização.

# Interpretação Constitucional

1. (**AUDITOR FISCAL DO TRABALHO 2010/ESAF**). Praticamente toda a doutrina constitucionalista cita os princípios e regras de interpretações enumeradas por Canotilho. Entre os princípios e as regras de interpretação abaixo, assinale aquele(a) que não foi elencado por Canotilho.

- A) Unidade da constituição.
- B) Da máxima efetividade ou da eficiência.
- C) Da supremacia eficaz.**
- D) Do efeito integrador.
- E) Da concordância prática ou da harmonização.

# Princípios Fundamentais

1. (**PFN 2012/ESAF**). Sobre os princípios fundamentais da Constituição de 1988, é correto afirmar que
- A) a República Federativa do Brasil é formada pela união dissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal.
  - B) são entes da Federação, dentre outros, as Regiões Metropolitanas.
  - C) a União é pessoa jurídica de direito público externo.
  - D) constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre outros, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
  - E) a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelo princípio de repúdio ao terrorismo e ao racismo.

# Princípios Fundamentais

1. (**PFN 2012/ESAF**). Sobre os princípios fundamentais da Constituição de 1988, é correto afirmar que
- A) a República Federativa do Brasil é formada pela união dissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal.
  - B) são entes da Federação, dentre outros, as Regiões Metropolitanas.
  - C) a União é pessoa jurídica de direito público externo.
  - D) constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre outros, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
  - E) a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelo princípio de repúdio ao terrorismo e ao racismo.**



# Princípios Fundamentais

2. **(PFN 2007/ESAF)**. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos o que se encontra na única formulação correta, entre as opções abaixo.

- A) A independência nacional; a soberania; a sociedade livre, organizada e solidária; a dignidade da pessoa humana e a liberdade individual.
- B) A cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e econômicos da livre iniciativa; o pluralismo político.
- C) A soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e a livre concorrência; o pluralismo político e a defesa da paz.
- D) A soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político.
- E) A cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores econômicos e sociais do trabalho, da livre iniciativa e da livre concorrência; o pluralismo político.

# Princípios Fundamentais

2. **(PFN 2007/ESAF)**. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos o que se encontra na única formulação correta, entre as opções abaixo.

A) A independência nacional; a soberania; a sociedade livre, organizada e solidária; a dignidade da pessoa humana e a liberdade individual.

B) A cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e econômicos da livre iniciativa; o pluralismo político.

C) A soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e a livre concorrência; o pluralismo político e a defesa da paz.

**D) A soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político.**

E) A cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores econômicos e sociais do trabalho, da livre iniciativa e da livre concorrência; o pluralismo político.

# Princípios Fundamentais

3. **(AUDITOR FISCAL DA RFB 2014/ESAF)**. Em 16 de março de 2014, a Criméia realizou consulta popular que resultou em ampla maioria favorável à separação da Ucrânia, abrindo caminho para sua anexação à Rússia, que restou implementada nos dias seguintes. A Criméia pertenceu à Rússia até 1953, quando o líder Nikita Krushev resolveu que a Península deveria integrar a Ucrânia. Considerando esses acontecimentos, assinale a opção correta, tomando por fundamento a Constituição Federal de 1988.

- A) A Constituição Federal de 1988 não se ocupa do tema em epígrafe, vale dizer, não trata de questões internacionais e não menciona os respectivos princípios que devem guiar as relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- B) A Constituição Federal de 1988 se ocupa do tema em epígrafe, porém, não menciona qualquer princípio de relações internacionais, deixando para o Congresso Nacional a tarefa de criá-los, via legislação ordinária.
- C) A Constituição Federal de 1988 se ocupa do tema em epígrafe, estabelecendo, como princípio, que a República Federativa do Brasil somente intervirá em outro Estado soberano na hipótese de requisição, em defesa da Democracia e dos Direitos Humanos, com ou sem mandato da Organização das Nações Unidas.
- D) A Constituição Federal de 1988 se ocupa do tema em epígrafe, estabelecendo, como princípios da República Federativa do Brasil, no plano internacional, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- E) A Constituição Federal de 1988 se ocupa do tema em epígrafe, estabelecendo, como princípios da República Federativa do Brasil, no plano internacional, os princípios da autodeterminação dos povos e a não intervenção.

# Princípios Fundamentais

3. **(AUDITOR FISCAL DA RFB 2014/ESAF)**. Em 16 de março de 2014, a Criméia realizou consulta popular que resultou em ampla maioria favorável à separação da Ucrânia, abrindo caminho para sua anexação à Rússia, que restou implementada nos dias seguintes. A Criméia pertenceu à Rússia até 1953, quando o líder Nikita Krushev resolveu que a Península deveria integrar a Ucrânia. Considerando esses acontecimentos, assinale a opção correta, tomando por fundamento a Constituição Federal de 1988.

- A) A Constituição Federal de 1988 não se ocupa do tema em epígrafe, vale dizer, não trata de questões internacionais e não menciona os respectivos princípios que devem guiar as relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- B) A Constituição Federal de 1988 se ocupa do tema em epígrafe, porém, não menciona qualquer princípio de relações internacionais, deixando para o Congresso Nacional a tarefa de criá-los, via legislação ordinária.
- C) A Constituição Federal de 1988 se ocupa do tema em epígrafe, estabelecendo, como princípio, que a República Federativa do Brasil somente intervirá em outro Estado soberano na hipótese de requisição, em defesa da Democracia e dos Direitos Humanos, com ou sem mandato da Organização das Nações Unidas.
- D) A Constituição Federal de 1988 se ocupa do tema em epígrafe, estabelecendo, como princípios da República Federativa do Brasil, no plano internacional, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- E) **A Constituição Federal de 1988 se ocupa do tema em epígrafe, estabelecendo, como princípios da República Federativa do Brasil, no plano internacional, os princípios da autodeterminação dos povos e a não intervenção.**

# Direitos e Garantias Fundamentais

1. (PFN 2012/ESAF). Sobre a relação entre direitos expressos na Constituição de 1988 e tratados internacionais, especialmente à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é incorreto afirmar que:

A) as normas de direitos humanos contidas em convenções internacionais pactuadas no âmbito da Organização das Nações Unidas, mesmo que a República Federativa do Brasil delas não seja parte, se incorporam ao direito pátrio de forma equivalente às emendas constitucionais.

B) os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

C) da disposição contida no § 2º do art. 5º da Constituição não resulta que os direitos e garantias decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte ostentem o nível hierárquico de norma constitucional.

D) da disposição contida no § 3º do art. 5º da Constituição, decorrente da Emenda Constitucional n. 45 de 2004, resulta que as normas de direitos humanos contidas em convenções internacionais de que a República Federativa do Brasil seja parte, quando aprovadas pelo Congresso Nacional na forma ali disposta, sejam formalmente equivalentes àquelas decorrentes de emendas constitucionais.

E) especialmente da disposição contida no § 2º do art. 5º da Constituição resulta que as normas de direitos humanos contidas em convenções internacionais de que a República Federativa do Brasil seja parte, mesmo quando não aprovadas pelo Congresso Nacional na forma disposta no § 3º do mesmo dispositivo, tenham *status* de normas jurídicas supralegais.

# Direitos e Garantias Fundamentais

1. (PFN 2012/ESAF). Sobre a relação entre direitos expressos na Constituição de 1988 e tratados internacionais, especialmente à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é incorreto afirmar que:

**A) as normas de direitos humanos contidas em convenções internacionais pactuadas no âmbito da Organização das Nações Unidas, mesmo que a República Federativa do Brasil delas não seja parte, se incorporam ao direito pátrio de forma equivalente às emendas constitucionais.**

B) os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

C) da disposição contida no § 2o do art. 5o da Constituição não resulta que os direitos e garantias decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte ostentem o nível hierárquico de norma constitucional.

D) da disposição contida no § 3o do art. 5o da Constituição, decorrente da Emenda Constitucional n. 45 de 2004, resulta que as normas de direitos humanos contidas em convenções internacionais de que a República Federativa do Brasil seja parte, quando aprovadas pelo Congresso Nacional na forma ali disposta, sejam formalmente equivalentes àquelas decorrentes de emendas constitucionais.

E) especialmente da disposição contida no § 2o do art. 5o da Constituição resulta que as normas de direitos humanos contidas em convenções internacionais de que a República Federativa do Brasil seja parte, mesmo quando não aprovadas pelo Congresso Nacional na forma disposta no § 3o do mesmo dispositivo, tenham *status* de normas jurídicas supralegais.

# Direitos e Garantias Fundamentais

2. (**PFN 2012/ESAF**). Sobre o direito fundamental à informação previsto na Constituição, é incorreto afirmar:

- A) que é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- B) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- C) são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- D) conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- E) a lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta ou indireta, regulando especialmente, dentre outras matérias, o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à inviolabilidade do sigilo da fonte e à segurança das sociedades civis de direito privado.

# Direitos e Garantias Fundamentais

2. (PFN 2012/ESAF). Sobre o direito fundamental à informação previsto na Constituição, é incorreto afirmar:

- A) que é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- B) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- C) são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- D) conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- E) a lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta ou indireta, regulando especialmente, dentre outras matérias, o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à inviolabilidade do sigilo da fonte e à segurança das sociedades civis de direito privado.



# Direitos e Garantias Fundamentais

3. (**PFN 2012/ESAF**). Sobre os direitos políticos previstos na Constituição, é correto afirmar:

- A) que a soberania popular será exercida, independentemente de qualquer disposição legislativa infraconstitucional, mediante plebiscito ou referendo.
- B) que o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos funcionais.
- C) que, nos termos da lei, é condição de elegibilidade, dentre outras, a nacionalidade brasileira nata.
- D) que o militar alistável é elegível, atendida, dentre outras, a condição de que, se contar com menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.
- E) é vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará havendo condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem os seus efeitos.

# Direitos e Garantias Fundamentais

3. (**PFN 2012/ESAF**). Sobre os direitos políticos previstos na Constituição, é correto afirmar:

A) que a soberania popular será exercida, independentemente de qualquer disposição legislativa infraconstitucional, mediante plebiscito ou referendo.

B) que o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos funcionais.

C) que, nos termos da lei, é condição de elegibilidade, dentre outras, a nacionalidade brasileira nata.

**D) que o militar alistável é elegível, atendida, dentre outras, a condição de que, se contar com menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.**

E) é vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará havendo condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem os seus efeitos.

# Direitos e Garantias Fundamentais

4. (**PFN 2012/ESAF**). Sobre a configuração constitucional do princípio da legalidade, é incorreto afirmar que:

A) nas aparições constitucionais do princípio da legalidade, como direito fundamental em várias acepções ou como princípio geral da administração pública, sua acepção corresponde à “reserva de lei” ou “estrita legalidade”.

B) como direito fundamental geral, o princípio da legalidade se configura em que os indivíduos são livres em suas ações privadas, salvo se a lei impuser que ele se abstenha de alguma iniciativa ou lhe determinar a realização de alguma iniciativa.

C) como direito fundamental especificamente voltado à liberdade individual em face do ordenamento e da persecução penais, à vista do princípio da legalidade somente há configuração de tipo criminal mediante sua prévia definição por lei em sentido formal e material.

D) como direito fundamental especificamente voltado à garantia do patrimônio privado em face das pretensões fiscais do poder público, à vista do princípio da legalidade a lei é condição para a instituição e para a majoração de tributos, ressalvadas, quanto à majoração, a exceção constitucional referida aos impostos da União de caráter econômico-regulatório.

E) o princípio da legalidade enquanto princípio geral regente da administração pública importa, dentre diversas outras consequências, que somente mediante lei se pode fixar a remuneração ou o subsídio dos cargos, empregos e funções de qualquer dos poderes.

# Direitos e Garantias Fundamentais

4. (PFN 2012/ESAF). Sobre a configuração constitucional do princípio da legalidade, é incorreto afirmar que:

**A) nas aparições constitucionais do princípio da legalidade, como direito fundamental em várias acepções ou como princípio geral da administração pública, sua acepção corresponde à “reserva de lei” ou “estrita legalidade”.**

B) como direito fundamental geral, o princípio da legalidade se configura em que os indivíduos são livres em suas ações privadas, salvo se a lei impuser que ele se abstenha de alguma iniciativa ou lhe determinar a realização de alguma iniciativa.

C) como direito fundamental especificamente voltado à liberdade individual em face do ordenamento e da persecução penais, à vista do princípio da legalidade somente há configuração de tipo criminal mediante sua prévia definição por lei em sentido formal e material.

D) como direito fundamental especificamente voltado à garantia do patrimônio privado em face das pretensões fiscais do poder público, à vista do princípio da legalidade a lei é condição para a instituição e para a majoração de tributos, ressalvadas, quanto à majoração, a exceção constitucional referida aos impostos da União de caráter econômico-regulatório.

E) o princípio da legalidade enquanto princípio geral regente da administração pública importa, dentre diversas outras consequências, que somente mediante lei se pode fixar a remuneração ou o subsídio dos cargos, empregos e funções de qualquer dos poderes.

# Direitos e Garantias Fundamentais

5. **(PFN 2012/ESAF)**. Sobre a configuração constitucional do princípio da isonomia, inclusive à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

A) o preâmbulo da Constituição Federal de 1988 não referencia a igualdade dentre os valores supremos cujo exercício o Estado Democrático configurado na República Federativa do Brasil se destina a assegurar.

B) dentre os objetivos da República Federativa do Brasil, fixados na Constituição Federal de 1988, encontra-se a redução das desigualdades sociais e regionais com consequente discriminação de origem ou de outras formas correlatas entre brasileiros.

C) é inconstitucional a fixação de critérios seletivos de acesso discente às instituições federais de ensino superior fundados, dentre outros aspectos, em seleção racial.

D) homens e mulheres não são iguais em direitos e obrigações quando assim fixado nos termos da própria Constituição Federal de 1988.

E) é vedado aos poderes públicos instituir, mesmo que por lei, tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, porém os impostos, sempre que possível, deverão ter caráter pessoal e ser graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

# Direitos e Garantias Fundamentais

5. **(PFN 2012/ESAF)**. Sobre a configuração constitucional do princípio da isonomia, inclusive à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

A) o preâmbulo da Constituição Federal de 1988 não referencia a igualdade dentre os valores supremos cujo exercício o Estado Democrático configurado na República Federativa do Brasil se destina a assegurar.

B) dentre os objetivos da República Federativa do Brasil, fixados na Constituição Federal de 1988, encontra-se a redução das desigualdades sociais e regionais com consequente discriminação de origem ou de outras formas correlatas entre brasileiros.

C) é inconstitucional a fixação de critérios seletivos de acesso discente às instituições federais de ensino superior fundados, dentre outros aspectos, em seleção racial.

**D) homens e mulheres não são iguais em direitos e obrigações quando assim fixado nos termos da própria Constituição Federal de 1988.**

E) é vedado aos poderes públicos instituir, mesmo que por lei, tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, porém os impostos, sempre que possível, deverão ter caráter pessoal e ser graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

# Direitos e Garantias Fundamentais

6. (PFN 2012/ESAF). Sobre o regime constitucional da propriedade, é incorreto afirmar:

A) que, no bojo dos direitos fundamentais contemplados na Constituição Federal de 1988, é, concomitantemente, garantido o direito de propriedade e exigido que a propriedade atenda à sua função social.

B) que a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por utilidade pública, mediante justa e prévia indenização em dinheiro ou bens da União.

C) que, no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade privada independentemente de prévia disciplina legal ou ato de desapropriação, assegurado ao proprietário apenas indenização ulterior se houver dano.

D) que no contexto da política de desenvolvimento urbano, o poder público municipal pode, nos termos de lei específica local e observados os termos de lei federal, exigir do proprietário de área incluída no plano diretor que promova o seu adequado aproveitamento sob pena, como medida derradeira, de sua desapropriação mediante justa e prévia indenização com pagamento em títulos da dívida pública.

E) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, é insusceptível tanto de penhora para o pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva quanto, desde que seu proprietário não possua outra, de desapropriação para fins de reforma agrária.

# Direitos e Garantias Fundamentais

6. (PFN 2012/ESAF). Sobre o regime constitucional da propriedade, é incorreto afirmar:

A) que, no bojo dos direitos fundamentais contemplados na Constituição Federal de 1988, é, concomitantemente, garantido o direito de propriedade e exigido que a propriedade atenda à sua função social.

**B) que a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por utilidade pública, mediante justa e prévia indenização em dinheiro ou bens da União.**

C) que, no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade privada independentemente de prévia disciplina legal ou ato de desapropriação, assegurado ao proprietário apenas indenização ulterior se houver dano.

D) que no contexto da política de desenvolvimento urbano, o poder público municipal pode, nos termos de lei específica local e observados os termos de lei federal, exigir do proprietário de área incluída no plano diretor que promova o seu adequado aproveitamento sob pena, como medida derradeira, de sua desapropriação mediante justa e prévia indenização com pagamento em títulos da dívida pública.

E) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, é insusceptível tanto de penhora para o pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva quanto, desde que seu proprietário não possua outra, de desapropriação para fins de reforma agrária.



# Direitos e Garantias Fundamentais

7. **(PFN 2007/ESAF)**. Considerem-se os seguintes conteúdos normativos constitucionais:

- a. “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: ...”
- b. “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.”
- c. “É garantido o direito de propriedade.”
- d. “A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.”
- e. “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: ... IV – utilizar tributo com efeito de confisco.”

# Direitos e Garantias Fundamentais

## 7. (PFN 2007/ESAF) (continuação)

Assinale a única opção correta, referente aos princípios e garantias constitucionais decorrentes dos conteúdos constitucionais acima citados, observada a ordem alfabética de sua reprodução:

- A) igualdade ou isonomia; legalidade em sentido geral e amplo; garantia do direito de propriedade, sendo esta considerada como direito real e direitos patrimoniais em geral, reconhecida sua função social; limitação à possibilidade de retroatividade da lei nova; princípio constitucional-tributário de não-confisco.
- B) isonomia ou igualdade; legalidade tributária em sentido amplo; garantia do direito de propriedade, sendo esta considerada como direito real indisponível e direitos patrimoniais inespecíficos, reconhecida sua função social; limitação erga omnes dos efeitos presentes da lei nova; princípio constitucional- real de não-confisco.
- C) igualdade ou isonomia; legalidade tributária; garantia do direito de propriedade, sendo esta considerada como direito real disponível, exceto os de garantia, e direitos patrimoniais em geral, reconhecida sua função social; limitação condicionada dos efeitos da lei nova; princípio constitucional- financeiro-tributário de não-confisco.
- D) isonomia ou igualdade; legalidade tributária em sentido estrito; garantia do direito à propriedade, sendo esta considerada como direito obrigacional e direitos patrimoniais específicos, reconhecida sua função social; limitação à possível retroatividade de efeitos da lei nova; princípio geral de não-confisco.
- E) igualdade ou isonomia; legalidade em sentido particular e estrito; garantia do direito de propriedade, sendo esta considerada como direito real e direitos patrimoniais em especial, reconhecida sua função social; limitação dos possíveis efeitos retroativos indistintos da lei nova; princípio constitucional- tributário de não-confisco.

# Direitos e Garantias Fundamentais

## 7. (PFN 2007/ESAF) (continuação)

Assinale a única opção correta, referente aos princípios e garantias constitucionais decorrentes dos conteúdos constitucionais acima citados, observada a ordem alfabética de sua reprodução:

**A) igualdade ou isonomia; legalidade em sentido geral e amplo; garantia do direito de propriedade, sendo esta considerada como direito real e direitos patrimoniais em geral, reconhecida sua função social; limitação à possibilidade de retroatividade da lei nova; princípio constitucional-tributário de não-confisco.**

B) isonomia ou igualdade; legalidade tributária em sentido amplo; garantia do direito de propriedade, sendo esta considerada como direito real indisponível e direitos patrimoniais inespecíficos, reconhecida sua função social; limitação erga omnes dos efeitos presentes da lei nova; princípio constitucional- real de não-confisco.

C) igualdade ou isonomia; legalidade tributária; garantia do direito de propriedade, sendo esta considerada como direito real disponível, exceto os de garantia, e direitos patrimoniais em geral, reconhecida sua função social; limitação condicionada dos efeitos da lei nova; princípio constitucional- financeiro-tributário de não-confisco.

D) isonomia ou igualdade; legalidade tributária em sentido estrito; garantia do direito à propriedade, sendo esta considerada como direito obrigacional e direitos patrimoniais específicos, reconhecida sua função social; limitação à possível retroatividade de efeitos da lei nova; princípio geral de não-confisco.

E) igualdade ou isonomia; legalidade em sentido particular e estrito; garantia do direito de propriedade, sendo esta considerada como direito real e direitos patrimoniais em especial, reconhecida sua função social; limitação dos possíveis efeitos retroativos indistintos da lei nova; princípio constitucional- tributário de não-confisco.